POLÍTICAS EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DO CURRÍCULO INTEGRADO NO ÂMBITO DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM MECÂNICA DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ- CÂMPUS CURITIBA

Adriano Willian da Silva, Caterine Pereira Moraz e Tatiani Daiana de Novaes
Instituto Federal do Paraná - Câmpus Curitiba
adriano.silva@ifpr.edu.br - caterine.moraz@ifpr.edu.br - tatiani.novaes@ifpr.edu.br

RESUMO

As questões que permeiam a formulação, organização, estruturação, aplicação e avaliação do currículo integrado nos cursos técnicos de nível médio vêm tendo destaque nos últimos tempos, constituindo-se um tema de interesse central na investigação das políticas de implantação da educação profissional no nosso país. Atualmente, com a expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica no país, as pesquisas em torno desse assunto tem garantido uma mudança no espectro do arcabouço teórico que embasa e fundamenta as propostas curriculares da educação profissional. Neste trabalho são abordadas as diretrizes educacionais empregadas na oferta do curso técnico em Mecânica, modalidade integrado, do Instituto Federal do Paraná-Câmpus Curitiba. Particularmente, são analisadas as percepções que os discentes deste curso possuem acerca da integração do currículo entre as disciplinas do núcleo comum e as específicas do curso ofertado. Dessa forma, foi possível elencar a relação entre as faces teórica e prática do conhecimento, mecanismos formadores do indivíduo humano e de sua cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: currículo, integrado, percepção.

POLÍTICAS EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DO CURRÍCULO INTEGRADO NO ÂMBITO DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM MECÂNICA DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ- CÂMPUS CURITIBA

IFRN IFRN 5/2/14 16:34
Comment [1]:

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos 30 anos o Brasil tem sido visto como uma grande oportunidade para os setores de serviços, industrial e de infraestrutura. Este posto começou a ser ocupado pelo Brasil a partir da década de 1970, com um crescimento exponencial da economia nacional, sendo que atualmente ocupamos a sexta posição entre as maiores economias mundiais.

Na Economia muito se debate a respeito deste crescimento, principalmente pela crise inflacionária dos anos 1980, que causou "furos econômicos" estratosféricos e pelo crescimento paralelo do desemprego, que ainda hoje causa, embora muito menos, problemas em muitas cidades brasileiras, principalmente as grandes metrópoles.

Este desemprego teve e ainda tem sua origem na capacitação profissional, que é atualmente o foco dos "grandes nomes" da economia quando se cita a falta demão de obra qualificada para o exercício da atividade econômica, principalmente quando consideramos que os setores que mais cresceram neste período foram o siderúrgico, automobilístico e petroquímico, os quais exigem conhecimentos específicos da área industrial, química e de gestão. Azevedo e Gorayeb (2012) informam acerca da década de 1970:

> Em todas as análises, os anos 70 são descritos como uma época de crescimento econômico vertiginoso, rotulada de "década do Milagre Brasileiro". Para melhor ou pior, parecia que tudo no país alcançava índices jamais vistos ou previstos. Nas cidades, o contingente populacional explodia, e surgiam novos desafios, provocados pelas enormes aglomerações. Havia também um boom na construção civil, fosse de residências (num processo coordenado pelo BNH), fosse de grandes obras que davam continuidade aos investimentos estatais em setores básicos como, por exemplo, a energia e os transportes. A produção industrial se ampliava a todo o vapor, e as exportações batiam recordes.
> Nos primeiros anos da década, já haviam sido estabelecidas as regras para o tripé que sustentaria a economia na década seguinte: o Estado, as multinacionais e o grande capital nacional.

Nas últimas quatro décadas é inegável o desenvolvimento econômico do país, porém o crescimento mencionado do desemprego, da inflação (nos anos 1980) e da desordem populacional, ofuscaram ou desvalorizaram este crescimento.

Esta situação econômica estava relacionada, no entanto, a educação básica ofertada no país. A Norma Jurídica que tratava da Educação neste período, Lei 5692/1971, que fixava as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em sua redação dividia a educação em apenas dois níveis, Educação Básica e Educação Superior, focando todo o processo de ensino somente na práxis e no trabalho mecânico, pouco ou quase nada se importando com a formação do indivíduo como cidadão.

Durante o seu período de vigência, aproximadamente 25 anos, a educação profissional esteve subjugada a uma educação de "segunda linha", destinada aqueles que não conseguiriam acessar o Ensino Superior e deveriam ser preparados para ser mão de obra para o mercado de trabalho então vigente. Foi, apenas em 1996, que foi promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação da Educação, Lei 9394/1996, que tem como princípio nesta etapa do processo educativo, a construção e formação da cidadania.

Atualmente, a referida lei conta com um capítulo específico para a Educação Profissional e Tecnológica- EPT, que foi inserido através da Lei 11741/2008, dividindo a educação em dois níveis: Educação Básica e Educação Superior, sendo que a Educação Profissional e Tecnológica pode permear os dois níveis, através da oferta de cursos de formação inicial e continuada, de cursos técnicos ou de cursos de tecnologia.

Além dessa modificação, a atual LDB também passou a vislumbrar e orientar sobrea necessidade de um currículo que integrasse prática e teoria, formasse cidadãos e universalizasse a educação básica, princípios estes expressos em alguns trechos, como o destacado a seguir:

> A Educação profissional e Tecnológica, (...), integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia" (LDB 9394/1996).

Além disso, a Lei define que:

> A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Desse trecho podemos constatar que os processos educacionais estão muito além do ensino amplamente teórico, tão quanto está longe do ensino totalmente prático, ocorrendo em várias Instituições, em vários espaços e até mesmo em espaços informais, bem diferentes da Escola. Isto é, a educação é o pilar da formação de cidadãos e da construção da cultura e dos espaços sociais. Para Pereira (2002, p.7):

> Cidadania significa não exclusão. É, portanto, a inserção das várias representações da família na sociedade, é a valorização do sujeito de Direito em seu sentido mais profundo e ético. É a inclusão e a consideração das diferenças como imperativo da democracia.

Dessa forma, constitui função da educação incitar e propagar a cidadania, formar indivíduos conscientes de seu papel social, formadores de opinião e, principalmente, que consigam integrar teoria e prática. Porém, o que se percebe, é que a integração de conhecimentos teóricos e práticos vêm surgindo timidamente, com pouca força e poucos adeptos, sendo sua universalização ainda um grande desafio.

Neste sentido, diversos conceitos foram formulados neste período, muitos deles relacionados aos processos de ensino que exigem aprendizagem prática. Por exemplo, para Mjelde (2010, p.5), a pedagogia da educação profissional deve focar a aprendizagem no aluno, sendo que a prática deve ser o fator principal. No entanto, o aprendizado necessita da integração do currículo, visando aguçar as capacidades do estudante, incitando ao conhecimento, não só da forma, como, também, da essência, além de estimular os professores e demais integrantes da sociedade acadêmica.

De acordo com Frigotto (2007) um dos equívocos mais comuns e recorrentes nas análises da educação brasileira, independente do nível e modalidade, é que se trata a educação em si mesma e não como constituída e constituinte de um projeto dentro de uma sociedade fragmentada em classes, frações de classes e grupos sociais desiguais. O autor propõe que para entender as falhas cometidas com a educação básica e com a educação profissional e tecnológica, deve-se compreender a estrutura social em que se desenvolveu e a estrutura econômica existente na década de 1990, baseada nos princípios do neoliberalismo e do capitalismo associado e dependente.

Assim, deve-se pensar na Educação sendo influenciada por uma série de fatores socioeconômicos, culturais e, principalmente, de poder. Isto significa dizer que o processo educacional é sempre intencional, podendo ser de emancipação ou submissão.

Por isso, é muito importante compreender a percepção que os estudantes possuem sobre o seu processo educacional, observar se há uma compreensão da relação entre estes fatores e a necessidade da integração do currículo, uma vez que todos fazemos parte de um ciclo social e que devemos ser capazes de viver em harmonia com todos os demais, exercendo a cidadania, a multiculturalidade, os direitos e os deveres, assegurando uma convivência pacífica entre os diferentes.

Para fazer esta análise, realizou-se uma pesquisa no Instituto Federal do Paraná- Câmpus Curitiba, com um universo amostral72 pessoas e em um curso que tem, em sua história, um estigma de separação entre os saberes específicos e os básicos, o curso técnico integrado em mecânica.

Esta investigação serviu de base para verificar a implantação de políticas públicas de constituição do Ensino Profissional de nível técnico médio e através da análise dos resultados foi possível mensurar caminhos que podem conduzir a proposição de uma educação profissional e técnica de qualidade e que realmente atinja seu principal objetivo, formar trabalhadores com potencial crítico, técnico e consciência cidadã.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada na pesquisa de campo teve como princípio o levantamento e a sistematização das percepções que os estudantes das turmas do curso técnico integrado em mecânica possuem da integração entre a práxis e a teoria, a partir de sua vivência nas aulas ofertadas nas disciplinas do curso técnico. Esses discentes possuem aulas dos componentes curriculares do núcleo básico e do núcleo específico, em uma proposta de curso cuja articulação entre as parte específica e a parte comum deve se dar de forma integrada.

Para tal fim, foram aplicados aos 72 alunos que compõem as três turmas deste curso, no câmpus Curitiba do Instituto Federal do Paraná, as 5 questões descritas abaixo em que se procura elencar algumas características que são próprias de uma proposta pedagógica que procura ser de integração em um curso técnico. Para cada resposta eram admitidas três respostas possíveis, a saber: sim, não ou não sei responder.

No câmpus Curitiba há 3 turmas deste curso, que é anual e tem duração de três anos, sendo uma turma de cada ano do curso. Os alunos têm aulas nos períodos da tarde e manhã, sendo que no período da manhã são realizadas as aulas de contraturno, uma ou duas vezes por semana. No total, tem-se no primeiro ano, 31 aulas semanais, das quais 23 são de disciplinas do núcleo comum e 8 são de disciplinas técnicas; no segundo ano são ofertadas 34 aulas semanais, sendo 20 aulas semanais de disciplinas do núcleo comum e 14 aulas semanais de disciplinas técnicas; no terceiro ano, por sua vez, são ofertadas 34 aulas semanais, sendo 17 aulas de disciplinas do núcleo comum e 17 aulas de disciplinas técnicas. A composição disciplinar de cada ano do curso está expressa no Anexo I, onde são encontradas todas as disciplinas do núcleo comum e da parte específica do curso.

Questionário Aplicado aos alunos do Curso Técnico Integrado em Mecânica

Questão I) Você, como estudante, crê que é necessária a integração entre as diversas matérias do currículo do ensino técnico integrado?

Questão II) Você percebe alguma relação entre as diversas matérias e áreas do conhecimento do currículo de seu curso?

Questão III) Percebe que o corpo docente estimula ou incentiva esta integração?

Questão IV) Acredita que o planejamento pedagógico estipula esta integração?

Questão V) Enquanto estudante e futuro profissional, você verifica esta integração e entende que esta será benéfica para sua entrada no mercado de trabalho?

As respostas obtidas através da aplicação do questionário aos alunos servirão para perceber a compreensão da sociedade acadêmica, mas para direcionar a implantação de políticas públicas voltadas para a Educação Profissional. Através da análise e discussão das respostas fornecidas pelos discentes, poderão ser propostos caminhos alternativos para a educação profissional e técnica, visando a construção de uma educação pública de qualidade.

O questionário foi aplicado de tal forma que assegurasse o anonimato dos participantes e a liberdade de responder da forma mais sincera e isenta quanto possível as questões propostas, garantindo dessa forma, com que influências externas não modificasse a opinião dos estudantes.

As respostas obtidas foram tabuladas e com base na equação abaixo foi encontrado o resultado expresso no gráfico 1.

$\Delta = [\Sigma(2Yk) + \Sigma(Nj)]/L$ equação (1): Valor médio obtido por questão (fonte: José Carlos Salles Jr, 2012).

Onde:

- Y corresponde a resposta “sim”;
- N corresponde a resposta “não”;
- k e j correspondem, respectivamente, ao número de respostas sim e ao número de respostas não.
- L número total de questões.

Para cada resposta “Sim” foi atribuído o peso 2 e para cada resposta “Não” foi atribuído o peso 1. A resposta dadas com a informação “Não sei responder” tinham peso zero. O melhor resultado, isto é, aquele que indica que há uma integração entre os conhecimentos técnicos e os específicos, seja pela abordagem pedagógica, pela transposição didática ou pela conexão entre os assuntos abordados nas diversas disciplinas ministradas no curso seria o valor 144. Nesta perspectiva, esta pontuação indicaria a existência de uma integração curricular, onde o ambiente de ensino/estudo favorece esta metodologia.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário foi aplicado aos 72 alunos do curso, sendo que as respostas para cada questão foram dadas conforme a seguir:

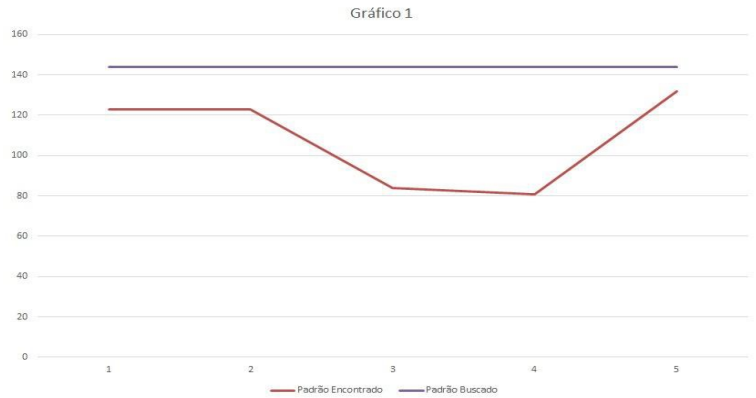
Tabela I: Resultados obtidos após a aplicação do questionário

Questão	Resposta:Sim	Resposta:Não	Resposta: Não sei
I	58	7	7
II	55	13	4
III	32	20	20
IV	24	33	15
V	63	6	3

A partir dos resultados expressos na tabela I, oriundos da aplicação do questionário aos discentes do câmpus e com o uso da equação I, foi possível obter a figura abaixo, onde está expresso graficamente as percepções dos alunos entrevistados sobre o curso técnico em Mecânica e sua proposta de articulação integrada entre os conhecimentos do núcleo comum e da parte técnica.

Através do gráfico, nota-se que as respostas às questões I, II e V, indicam que o curso propõe, de acordo com a percepção dos discentes, uma integração entre as disciplinas técnicas e do núcleo comum. Isto corrobora com o que propõe a Resolução CNE/CEB nº 06/2012. No entanto, as respostas para as questões III e IV fica evidenciado que há necessidade de reforçar o papel docente e o planejamento pedagógico para que a integração possa de fato ser mais perceptível e ocorra categoricamente nas aulas ministradas durante o curso.

Gráfico (1): Comportamento das respostas dadas pelos discentes
para as questões apresentadas de acordo com a equação (1)



Mais uma vez, fica evidente que a busca por uma proposta pedagógica de integração curricular não é muito simples, devendo envolver os docentes, discentes, servidores e a direção pedagógica da Instituição. Somente com o convencimento e a atuação de todos os atores envolvidos neste

processo é possível estabelecer e construir uma metodologia que extrapole o que, infelizmente, impera em muitos cursos técnicos, que é a formação de mão de obra trabalhadora para atender meramente os interesses do capital e do desenvolvimento econômico do país, sem uma perspectiva de formação crítica das pessoas, onde os fatores culturais, estéticos e políticos são simplesmente ignorados.

Assim, há indicativo de um problema a ser resolvido neste curso, que é o do planejamento do ensino e formação de professores que possam de fato atuar numa perspectiva globalizadora e integradora.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste trabalho, foi possível mensurar qual a visão do discente sobre o seu processo de formação em um curso que é ofertado na modalidade técnico integrado. A partir das respostas fornecidas pelos jovens, notou-se que os estudantes vislumbram como relevante e importante a integração curricular no ensino, percebendo que o ensino técnico só é de fato completo quando há conexão entre as disciplinas técnicas e as básicas.

A pesquisa demonstrou que na percepção dos estudantes há necessidade de mais planejamento e de maior atuação dos docentes do curso para garantir a realização de uma proposta que seja de fato integral, completa e efetiva, uma vez que os atuais mecanismos operantes na rotina de ensino das aulas não são suficientes uma percepção completamente eficaz da conexão existente entre o núcleo comum e formação técnica, tão necessárias na proposição e oferta de um curso técnico integrado.

Por isso, é de fundamental importância realizar investimentos na formação docente e na proposição de metodologias de ensino que culminem com a real integração do saber básico e técnico.

5. ANEXOS

Proposta Curricular do Curso Técnico em Mecânica- Modalidade Integrado ofertado no câmpus Curitiba do Instituto Federal do Paraná

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA		
	TOTAL (hora-aula)		TOTAL (horas-aula)
	01*	02*	
1º ANO			
Língua Portuguesa I	3	120	100
Língua Espanhola I	2	80	67
Arte I	1	40	33
Educação Física I	1	40	33
Geografia I	2	80	67
História I	2	80	67
Filosofia I	1	40	33
Sociologia I	1	40	33
Química I	2	80	67
Física I	3	120	100
Biologia I	2	80	67
Matemática I	3	120	100
Total Núcleo Comum	23	920	767
Informática Instrumental	2	80	67
Metrologia	3	120	100
Desenho Técnico	3	120	100
Total Parte Específica	8	320	267
TOTAL	31	1240	1034
2º ANO			
Língua Portuguesa II	2	80	67
Língua Espanhola II	2	80	67
Arte II	1	40	33
Educação Física II	1	40	33
Geografia II	2	80	67
História II	2	80	67
Filosofia II	1	40	33
Sociologia II	1	40	33
Química II	2	80	67
Física II	2	80	67
Biologia II	2	80	67
Matemática II	2	80	67
Total Núcleo Comum	20	800	668
Tecnologia dos Materiais	3	120	100
Máquinas Térmicas e de Fluxo	4	160	133
Resistência dos Materiais	3	120	100
Elementos de Máquinas	3	120	100
Segurança do Trabalho	1	40	33
Total Parte Específica	14	560	466

TOTAL	34	1360	1134
3º ANO			
Língua Portuguesa III	2	80	67
Língua Espanhola III	1	40	33
Língua Inglesa	2	80	67
Geografia III	1	40	33
História III	1	40	33
Filosofia III	1	40	33
Sociologia III	1	40	33
Química III	2	80	67
Física III	2	80	67
Biologia III	2	80	67
Matemática III	2	80	67
Total Núcleo Comum	17	680	567
Gestão da Produção	2	80	67
Circuitos Hidráulicos e Pneumáticos	3	120	100
Manutenção Industrial	2	80	67
Processos de Fabricação	2	80	67
Usinagem	3	120	100
Projetos Mecânicos	3	120	100
Comando Numérico Computadorizado	2	80	67
Total Parte Específica	17	680	568
TOTAL	34	1360	1134
TOTAL GERAL Núcleo Comum	60	2400	2002
TOTAL GERAL Parte Específica	39	1560	1301
TOTAL GERAL	99	3960	3303

* Uma hora-aula corresponde a 50 minutos; 01* carga horária semanal; 02* carga horária anual

6.
REFERÊNCI
AS

1. AZEVEDO, Elizabeth; GORAYEB, José. BNDES 50 Anos. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conh ecimento/livro50anos/Livro_Anos_70.PDF>. Acesso em 10 de novembro de 2012.
2. CORDÃO, F. A. As Novas Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Básica e Suas Implicações na Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Boletim Técnico do Senac: a Revista da Educação Profissional, Rio de Janeiro, v.37, n.3, p.41-55, set./dez. 2011.
3. FRIGOTTO, G. A Relação da Educação Profissional e Tecnológica com a Universalização da
4. Educação Básica. Educação & Sociedade, Campinas, v.28, n.100, p.1129-1152,out. 2007.
5. KÜLLER, J. A. Protótipos Curriculares de Ensino Médio e de Ensino Médio Integrado. Boletim Técnico do Senac: a Revista da Educação Profissional, Rio de Janeiro, v.37, n.3, p.57-65, set./dez. 2011.
6. MANICA, L. E.; CALIMAN, G. Cursos Profissionais na Perspectiva da Pedagogia Social. Boletim Técnico do Senac: a Revista da Educação Profissional, Rio de Janeiro, v.36, n.3, p.43-51, set./dez. 2010.
7. MJELDE, L. A Experiência da Educação Profissional na Noruega. Boletim Técnico do
8. Senac: a Revista da Educação Profissional, Rio de Janeiro, v.36, n.3, p.5-13, set./dez. 2010.
9. PEREIRA, R. C. et al. Família e Cidadania. O Novo CCB e a Vacatio Legis. In: Congresso Brasileiro de Direito de Família, 3, 2002, Belo Horizonte. Anais do III Congresso Brasileiro de Direito de Família, Belo Horizonte, 2002.
10. RANGEL, M. Fundamentos Pedagógicos: Referências Significativas Comuns ao Ensino nas
11. Áreas de Estudos Gerais e Profissionalizantes. Boletim Técnico do Senac: a Revista da
12. Educação Profissional, Rio de Janeiro, v.36, n.3, p.15-23, set./dez. 2010.
13. Resolução CNE/CEB nº 06/2012. Disponível em <http://www.ifg.edu.br/proen/images/ Downloads/forum_proeja/resolucao6_2012.pdf>. Acesso em 10 de novembro de 2012.